

Territorialidade e diversidade indígena no Vale do Mucuri:

As diferentes posturas dos Aranan, Naknenuque e Pojichá frente ao avanço da colonização¹

Resumo:

Propõe uma releitura da história da colonização do Vale do Mucuri e suas adjacências no nordeste de Minas Gerais, dando ênfase aos aspectos socioespaciais desse processo, principalmente no que tange às territorialidades dos grupos indígenas que habitavam essa região, buscando contribuir ao entendimento da lógica por trás das diferentes posturas adotadas pelos Aranan, Naknenuque e Pojichá nos conflitos territoriais entre si e para com os colonizadores.

1 - O presente artigo é uma versão do trabalho de conclusão da disciplina "Territórios Étnicos", oferecida no primeiro semestre de 2010 pelo curso de Mestrado em Geografia, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFES, ministrada pela Professora Dra. Celeste Ciccarone.

Introdução

Para Heidegger (2006[1955]), o uso do termo “filosofia ocidental” seria algo redundante, já que ele considera que o termo filosofia exprime exatamente – e somente isso – a forma de ver o mundo do ocidente, originária da Grécia antiga (Ibid., p.17), posteriormente generalizada em decorrência da colonização do globo pelos seus herdeiros europeus a partir da Modernidade, processo que atinge seu ápice no atual período da globalização. Em analogia a esse raciocínio, cabe-se indagar se não seria igualmente redundante falar em “história do ocidente”, já que a história tem sido construída não apenas tendo como eixo os colonizadores (em geral, a história de algum lugar tradicionalmente tem como marco inicial a chegada dos primeiros europeus), mas tem também se caracterizado, conforme bem ressalta Memmi (1977), por uma narrativa que ou omite os povos colonizados ou os trata de forma homogeneizada, impossibilitando não apenas a compreensão de seus sistemas sociais pretéritos à colonização, mas também o próprio entendimento de sua relação com os co-colonizadores. Por isso, a superação dessas limitações é imprescindível para um melhor entendimento da própria história (concebendo-a na forma provocativa exposta no início do texto).

É sob esse viés que propomos aqui uma releitura da colonização do Vale do Mucuri, em Minas Gerais, buscando contribuir ao entendimento desse processo a partir da análise da influência das territorialidades dos grupos indígenas que habitavam as matas do Mucuri no século XIX.

A colonização dessa porção do território brasileiro está intimamente ligada a dois eventos históricos consecutivos e complementares que contribuíram para direcionar o fluxo de migrantes para aquelas terras a partir da segunda metade do século XIX: a abertura de estradas para comunicação do nordeste de Minas Gerais com o litoral, tão ambicionado por segmentos da elite regional e executado por Teófilo Otoni e a Companhia do Mucuri; e a atuação dos missionários Capuchinhos na catequese dos indígenas, por meio dos aldeamentos criados a partir do Regulamento das Missões (de 1845), como forma de dominá-los e assim extinguir o “perigo” indígena que ainda inibia o estabelecimento de imigrantes naquela região e a utilização das estradas abertas pela Companhia do Mucuri, trabalho que havia representado altos custos à Companhia e mesmo ao Governo, que posteriormente assumiu seus empreendimentos (ARAÚJO, 2003).

Quando do início da construção das estradas, as terras do Vale do Mucuri eram quase que totalmente desconhecidas dos colonizadores, à exceção das proximidades da foz, em São José do Porto Alegre (atual município de Mucuri, situado no extremo sul da Bahia, fazendo limite com o Espírito Santo), e as dificuldades para a concretização dos objetivos da Companhia do Mucuri eram muitas, a começar pela inadaptabilidade dos colonizadores à selva tropical. Mas a maior adversidade ao êxito do projeto de colonização daquelas matas era, sem dúvida, o fato de que elas eram território de vários grupos indígenas.

Nesse sentido, a área onde se concentrariam os investimentos da Companhia do Mucuri, compreendida entre o braço esquerdo do Rio Doce e o Vale do Mucuri, era no século XIX aquele que talvez possa ser considerado o último grande reduto territorial indígena no sudeste do Brasil. A maioria dos grupos indígenas comumente citados nos relatos sobre essas terras (nos quais os Aranã, Nakenenuque e Pojichá são os mais recorrentes) eram pertencentes ao Tronco Linguístico Macro-Jê e à família linguística que foi posteriormente denominada de botocudo². Essa curiosa alcunha (“botocudos”) utilizada pelos colonizadores para designar esses indígenas erroneamente de forma homogênea deve-se ao botoque, ornamento utilizado nos lábios e orelhas pelos indivíduos desses grupos. Segundo informações apuradas por Missagia de Mattos (2003, p.42), os mesmos grupos também eram chamados de Aimorés.

Para se compreender as dinâmicas espaciais desse processo de colonização é fundamental entender alguns aspectos peculiares das territorialidades desses povos indígenas, cuja organização política era mais fragmentada e complexa do que nosso imaginário ocidental normalmente pressupõe. Nesse sentido, Missagia de Mattos (2003, p.44) destaca o faccionalismo como característica comum a todos os grupos pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê (entre os quais se inserem os chamados de “botocudos”), que não se organizavam de uma forma coesa, unitária, e sim em grupos pequenos, independentes e mesmo rivais entre si, em constantes litígios territoriais, mas que compartilhavam um mesmo sistema cosmo-sociológico (Ibid, p.43).

Em grande medida, essa característica remonta à instituição do xamanismo, fortemente arraigada nessas sociedades que, segundo a mencionada autora, criam no poder sobrenatural de alguns indivíduos (Ibid., p.137 a 140). Para esses indígenas não havia uma possibilidade de “acaso” nos acontecimentos, que eram sempre relacionados ao exercício desses poderes. Assim, ocorrências de doenças e/ou mortes em um grupo eram comumente atribuídas, por seus membros, aos xamãs de grupos rivais, o que seria motivo para um ataque em represália.

Esses recorrentes conflitos geralmente resultavam também na apropriação das mulheres dos grupos vencidos, o que por um lado acirrava os ânimos entre eles e, por outro, contribuía para a criação de laços de parentesco e aspectos culturais comuns entre grupos rivais (MISSAGIA DE MATTOS, 2003), o que ajuda a explicar o paradoxo da existência de uma unidade sociocosmológica em meio ao distanciamento social imposto pelos constantes litígios.

No que tange à sua relação material com o meio, sabe-se que esses grupos indígenas dependiam basicamente da caça, coleta, e de uma esparsa agricultura itinerante, necessitando, portanto, de uma área significativa para atender às suas demandas e apresentando grande mobilidade dentro de seus domínios territoriais, que eram bem definidos, ainda que não claramente identificáveis pelos colonizadores.

2 - Os estudos linguísticos de Loukotka (1939, apud Missagia de Mattos [2003]) propõem um mapeamento linguístico dos indígenas do leste brasileiro subdividindo o tronco linguístico Macro-Jê em quatro famílias linguísticas: Machacali, Coroado, Patachó e Botocudo.

Todavia, esses limites territoriais não eram estáticos, se observados em uma escala mais ampla de tempo. O avanço da colonização sobre o território de um ou mais grupos diminuía as possibilidades de obtenção de alimentos e outros recursos, tendo repercussões significativas em suas relações socioespaciais com outros grupos, acirrando as disputas territoriais e, por vezes, forçando a definição de novas territorialidades. Por isso, a configuração territorial que se verifica nos relatos dos pioneiros daquelas terras muito provavelmente não é a mesma desde os primórdios da presença europeia na América.

Em face do faccionalismo e dos conflitos territoriais cada vez mais frequentes e intensos em virtude do avanço das fronteiras coloniais sobre as terras indígenas, os grupos em desvantagem nesses litígios frequentemente buscavam se relacionar com os colonizadores, como estratégia para garantir sua sobrevivência. Essa era uma forma de obter tanto reforços para o combate aos grupos inimigos quanto de obter alimentos, tendo em vista que a perda territorial tinha severas consequências nesse sentido.

Era o que comumente ocorria, por exemplo, nos quartéis militares criados nas fronteiras de colonização, que quase sempre estreitavam contato com alguns grupos indígenas (Ibid., p. 68 e 69). Em decorrência da fome que assolava os grupos em desvantagem nas disputas territoriais, as guarnições militares tinham como política fazer dos quartéis um local de provisão de alimentos, onde eram feitos os contatos com os indígenas, geralmente com promessas de auxílio do governo na luta contra os grupos rivais (Ibid., 69) de forma a obter sua cooperação. Frequentemente os próprios indígenas serviam como soldados nesses postos militares, que se aproveitavam não só de sua mão-de-obra, mas, sobretudo, do conhecimento do terreno que os indígenas possuíam (Ibid., 73). Relação semelhante ocorreu entre alguns grupos indígenas e fazendeiros das áreas às bordas de seus territórios, os quais tinham grande interesse em utilizar sua mão-de-obra, sobretudo na abertura de novas fazendas na mata, então “desconhecida”. (Ibid. 85).

Essa tendência em manter relações sociais com os colonizadores, sobretudo por parte dos grupos mais fracos (em termos de domínios territoriais), parece ser a justificativa, por exemplo, para os colonizadores terem atribuído “maior propensão à civilização” por parte dos grupos da família linguística Machacali, como consta na obra de Palazzolo (1973). Segundo Missagia de Mattos (2003, p.73), os diversos grupos dessa família linguística se mostravam em clara desvantagem nas disputas territoriais com os diversos grupos “botocudos” e por isso os antecederam no estreitamento dos laços com os colonizadores, como estratégia de sobrevivência.

A historical map of the region, showing various indigenous territories and colonial frontiers. The map is drawn in green ink on a light-colored background. Key locations labeled include 'PAM-PAM' at the top, 'POJICHÁ' on the left, and 'SÃO MATEUS (ERAÇO SUÍ)' and 'SÃO MATEUS' at the bottom. The map features several lines representing rivers and boundaries, with some areas enclosed by dashed lines.

Por ocasião do início dos empreendimentos da Companhia do Mucuri, grande parte dos antigos territórios desses grupos indígenas da família Machacali, a oeste das fronteiras de colonização do lado de Minas Gerais, já eram ocupados por colonizadores, e esses indígenas, em grande parte, haviam se misturado com colonos pioneiros dessas áreas.

Posteriormente, em meados do século XIX, era o território dos Aranã que se encontrava em maior contato com as fronteiras da colonização a oeste. Ao que tudo indica, assim como os Machacali haviam feito pouco tempo atrás, os Aranã também estreitaram laços com os colonizadores dos povoados de Alto dos Bois, Peçanha, e mesmo em Figueira, como estratégia de sobrevivência e para fazer frente aos Naknenuque (MISSAGIA DE MATTOS, 2005), cujo território ficava a leste, nas proximidades do Itambacuri e do Alto Mucuri, e com os quais tinham forte rivalidade.

Da mesma forma, também parece residir na questão territorial a explicação para a maior propensão dos Naknenuque em se estabelecerem nos aldeamentos implantados na região a partir da década de 1870. O maior e mais bem sucedido de todos os aldeamentos Capuchinhos, o de Nossa Senhora dos Anjos de Itambacuri, era composto quase que exclusivamente por grupos Naknenuque durante as duas primeiras décadas de sua existência, enquanto no aldeamento do Poaia (situado nos arredores do atual município de Santa Maria do Suaçuí), criado para os Aranã (uma vez percebida a impossibilidade de os aldear junto aos Naknenuque, devido às rivalidades étnicas), os missionários tiveram imensa dificuldade em fazer os indígenas se estabelecerem no local durante as quase duas décadas em que esse existiu.

O território dos Naknenuque fazia limites com o território dos Aranã, a oeste, e com o território dos Pojichá, a leste, no Alto São Mateus. Eles conviviam, portanto, em litígio com outros grupos indígenas em ambas as bordas – leste e oeste – de seu esguio território, o que possivelmente os deixava em condição desfavorável (em termos territoriais) em relação aos Aranã e Pojichá. Esses últimos, ao que tudo indica, eram o grupo botocado em situação mais confortável dentro daquela dinâmica territorial, tanto que, ao contrário da maioria dos outros grupos, historicamente evitaram maiores contatos com os colonizadores e não se sujeitaram à política de aldeamentos. E os Aranã, os quais provavelmente saíram fortalecidos dos conflitos por meio das relações firmadas com fazendeiros e quartéis das fronteiras a oeste, igualmente demonstravam rejeição aos projetos missionários.

Nessas circunstâncias, se estabelecer nos aldeamentos oficiais certamente se mostrava uma boa opção para os Naknenuque (e provavelmente foi por esse mesmo motivo que, conforme Araújo [2003], eles haviam sido bastante receptivos à comitiva da Companhia do Mucuri algumas décadas antes), mas não era algo necessário e/ou tão favorável aos Aranã e menos ainda aos Pojichá, que praticamente não sofriam a pressão da expansão das fronteiras coloniais a leste, no norte da Província do Espírito Santo, o qual, segundo Borgo et alli (1996), foi incipiente até as primeiras décadas do século XX.

Aldeamentos missionários: estratégia de desterritorialização dos indígenas

A intensificação dos conflitos decorrente do avanço das fronteiras coloniais no Vale do Rio Doce a partir de meados do século XVIII levou o Estado brasileiro a adotar, no início do século XIX, a “Guerra Justa” contra os botocudos, por meio da Carta Régia de 13 de maio de 1808, a qual tentava, ao mesmo tempo, incentivar novos colonos a se estabelecerem nos territórios indígenas, mediante incentivos tributários e dando-lhes o direito de fazer uso da mão-de-obra dos indígenas aprisionados durante os confrontos para conquista daquelas terras (apud. Machado, 2000).

Ao longo do século XIX, entretanto, as estratégias para conquista dos territórios indígenas adotadas pelo Império Brasileiro e autoridades regionais mudam de direcionamento, deixando de lado o incentivo ao conflito direto e apostando na “incorporação” do indígena à população “nacional” mediante a catequese, o que fora oficializado e ratificado pelo Regulamento das Missões de 1845, que nomeava Diretores Gerais dos Índios em todas as províncias para “deliberar sobre os assuntos indígenas e instaurar estabelecimentos missionários para o aldeamento oficial dos índios, cujas diretrizes haviam que ser preferencialmente entregues aos capuchinhos italianos” (MISSAGIA DEMATTOS, 2003, p. 81 e 82)

É muito provável que essa mudança de diretrizes tenha sido motivada pela constatação da pouca eficiência (no que diz respeito ao tempo necessário para a conquista de novas áreas) dos conflitos diretos com os “botocudos”, visto estes terem demonstrado ser praticamente imbatíveis dentro de seu território, conseguindo fazer frente às forças militares colonizadoras mediante sua grande mobilidade territorial e eficientes táticas de guerrilha nas matas, como descrito em detalhes por Palazzolo (1973:35).

Como bem ressalta Araújo (2003, p.85), com o Regulamento das Missões a estratégia mudava, mas não por fins humanitários (contrários aos massacres), senão simplesmente porque os aldeamentos e a catequese se mostravam um método mais eficiente para conquistar os territórios indígenas. A maioria dos aldeamentos do Mucuri e redondezas foi criada na década de 1870, em função, principalmente, do recrudescimento dos conflitos decorrentes das mudanças na direção da Companhia do Mucuri e de sua política para com os indígenas após Teófilo Otoni deixar o controle dos empreendimentos.

A localização do aldeamento do Itambacuri, o mais importante da região do Mucuri e adjacências, onde inicialmente o Império pensou que poderia estabelecer diferentes grupos indígenas foi, de certa forma, bem planejada. O ponto escolhido ficava no divisor de águas entre os Vales do Itambacuri, do Mucuri e do São Mateus, em um ponto que dava acesso a todos esses vales, na interseção entre os territórios de três grupos: Aranã, a oeste, Naknenuque, no centro, e Pojichá, a leste. Foi com a ajuda dos Naknenuque, que já tinham tido contato com a colonização através de Teófilo Otoni e da Companhia do Mucuri e que conheciam bem aqueles terrenos, que os missionários definiram o local (PALAZZOLO, 1973:43).

Todavia, os Capuchinhos não contavam com as rivalidades entre os diversos grupos “botocudos” e com o forte elo entre esses indivíduos e o seu espaço de identificação e pertencimento, o que viria a frustrar as intenções de se criar um único aldeamento e deslocar para ali os diversos grupos que habitavam aquelas matas. A relação desses grupos indígenas com seu território era muito mais profunda do que os missionários e as autoridades brasileiras imaginavam. Utilizando as ideias de Haesbaert (2005), pode-se dizer que eles ignoraram, em seus planos, o elo “simbólico/idealista” entre aqueles grupos e a área em que vivam.

Estudos antropológicos e da chamada geografia cultural demonstram que aspectos culturais fundamentais, como ritos e representações simbólicas, estão intimamente ligados ao espaço e à natureza ao redor de uma dada sociedade, os quais representam para ela muito mais que simplesmente recursos materiais, sendo um requisito para sua própria reprodução social. Entre os botocudos, Missagia de Mattos (2003) cita casos em que essa relação fica evidente. Determinados grupos acreditavam, por exemplo, que os poderes de seus xamãs eram mais fortes nas terras consideradas sagradas e que existiam maldições inerentes a certos pontos da selva, dos quais se devia manter distância. Por isso, os missionários se viram compelidos a se adaptar às territorialidades desses grupos e criar aldeamentos específicos para cada um deles, dentro de seu respectivo território.

Uma das pretensões dos aldeamentos e da catequese era precisamente enfraquecer e destruir esses laços dos indígenas para com seu próprio território, de forma a viabilizar a usurpação deste por parte dos colonizadores. A ideia era destruir os indígenas sem matá-los, convertendo-os em "nacionais", em um projeto político inspirado na atuação pretérita dos jesuítas, vigente durante a maior parte do período colonial. No que tange à dimensão material, essa "conversão" significaria a adoção de uma nova maneira de se relacionar com o meio. A forma de vida seminômade dos botocudos daria lugar ao sedentarismo propiciado por uma economia baseada na agricultura, que demandava muito menos espaço para a reprodução dos indivíduos, deixando uma imensurável extensão de terras "livres" para serem colonizadas. E quanto à dimensão simbólica, a derrubada da mata (necessária à abertura de estradas, lavouras e pastagens), por si só, já era um duro golpe contra a reprodução cultural indígena, atuando de forma complementar à catequese, em sua supressão.

Todavia, o relativo sucesso dessa tática de

colonização restringiu-se aos Naknenuque e, em menor intensidade, aos Aranã, mas foi incipiente entre os Pojichá, que se recusaram a se estabelecer nos aldeamentos e continuaram a resistir à usurpação de seu território pelos colonizadores até o alvorecer do século XX, conforme se constata nos relatos de Palazzolo (1973, p.122), sendo uma das possíveis razões pelas quais o Alto São Mateus, onde se encontrava a maior parte do território desse grupo, ser a última fronteira colonial entre o leste de Minas Gerais e o noroeste do Espírito Santo, a qual resultou no litígio entre esses entes federados acerca dos limites de suas jurisdições, em meados do século XX (PONTES, 2008).

Na década de 1880, mais precisamente em 1885, de fato ocorreu que alguns Pojichá foram estabelecidos no Itambacuri. Todavia, tudo indica que representavam um percentual pequeno do total de indivíduos que compunham esse grupo e que, dentre eles, a maioria voltou às matas após a revolta indígena nesse aldeamento em 1893 - e, segundo os missionários, "recomeçaram a incomodar os fazendeiros vizinhos" (PALAZZOLO, 1973, p.195) e "reviver o terror" (Ibid., p. 225), realizando saques a viajantes e às propriedades de fazendeiros da região.

A resistência desse grupo indígena perdurou até fins da primeira década do século XX. Em 1905, por exemplo, várias manchetes de "O Mucuri" noticiavam ataques dos "temidos Pojichás" às estações de Bias Fortes, Francisco Sé e Presidente Pena da Estrada de Ferro Bahia-Minas (Ibid., p.226), cuja maior parte do traçado fora construído praticamente em paralelo à Estrada de Santa Clara, aberta pela Companhia do Mucuri. Foi somente em 1910 que os últimos indivíduos desse grupo, já em número bem reduzido em decorrência dos confrontos com os colonizadores, da situação territorial adversa e das novas e vorazes doenças espalhadas pelos imigrantes que se dirigiam àquelas terras, se estabeleceram definitivamente no aldeamento do Itambacuri (Ibid.).

Considerações finais

Uma análise mais criteriosa da história da colonização do Vale do Mucuri e adjacências, atentando para a tradição colonial em homogeneizar os diferentes grupos indígenas e desprezar seu papel na história, deixa evidente que grande parte das dinâmicas espaciais desse processo somente pode ser entendida a partir do estudo das sociedades que se encontram do outro lado dessa relação de colonização.

No caso específico das matas do Mucuri e adjacências, há fortes indícios de que a territorialidade de cada grupo - mutável ao longo do tempo, variando conforme avançavam as fronteiras coloniais - foi determinante em seu comportamento em relação aos colonizadores, em alguns casos incentivando o contato e/ou a integração à sociedade colonial, enquanto em outros consolidou uma postura de resistência.

As territorialidades dos grupos "botocudos" parecem ser um elemento fundamental para se compreender uma série de fatos acerca da história dessa porção do Brasil, tais como: (1) a localização escolhida para implementar o aldeamento do Itambacuri (que era o centro do perímetro composto pelos territórios dos Pojichá, Naknenuque e Aranã); (2) a melhor recepção que os Naknenuque tiveram, se comparados com os Aranã e Pojichá, para com os missionários e, anteriormente, para com o próprio Teófilo Otoni e a Companhia do Mucuri, tendo em vista sua situação territorial adversa; (3) a maior resistência dos Pojichá e Aranã às políticas dos aldeamentos, já que os primeiros, além de aparentemente serem proeminentes nos conflitos com os demais grupos, não sofriam praticamente nenhuma pressão das fronteiras coloniais a leste, no norte capixaba, dispendo até o início do século XX de vasta extensão territorial (sobretudo se comprado os Naknenuque) e os segundos teriam preferido, enquanto estratégia de sobrevivência diante do avanço da colonização, manter relações mais estreitas com fazendeiros e quartéis das fronteiras coloniais a oeste (no território mineiro) a se estabelecer nos aldeamentos.

Jaime Bernardo Neto

Licenciado, Bacharel e Mestrando em Geografia pela UFES.
Trabalha no Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas – INCRA/ES
jbn83@hotmail.com/ jaime.neto@vta.incra.gov.br

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Valdei Lopes de. **A Filadélfia de Teófilo Otoni**.
Belo Horizonte: Afato, 2003.

BORGO, Ivan Anacleto Lorenzoni, ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga, PACHECO, Renato Rocha de Alvarenga. **Norte do Espírito Santo: Ciclo Madeireiro e Povoamento**.
EDUFES: Vitória, 1996.

DUARTE, Regina Horta. **Olhares Estrangeiros: Viajantes no Vale do Mucuri**. Revista Brasileira de História. Volume 22. Número 44.
São Paulo, 2002.

HAESBART, Rogério. **O mito da desterritorialização**.
Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEIDEGGER, Martin. **O que é isto – a filosofia?**.
Rio de Janeiro. Editora Vozes, (2006[1955]).

MACHADO, José Carlos. **Senhora da Graça da Capelinha**.
Ed. do autor, 2000.

MEMMI, Albert. **Retrato do Colonizado Precedido Pelo Retrato do Colonizador**. 2ªed.
Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MISSAGIA DE MATTOS, Izabel. **Civilização e Revolta: os botocudos e a catequese na Província de Minas**.
Bauru/SP: Edusc, 2004.

A presença dos Aranãs nos registros históricos.
Goiânia: Habitus, vol. 3, 2005. P. 41-79.

PALAZZOLO, Frei Jacinto de. **Nas selvas dos vales do Mucuri e do Rio Doce**.
São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1973. 3ª Edição.

PONTES. Wallace Tarcísio. **Conflito Agrário e Esvaziamento Populacional: a Disputa do Contestado por Espírito Santo e Minas Gerais (1930 a 1970)**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. UFES, Vitória, 2007.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Lembranças da Terra: histórias do Mucuri e do Jequitinhonha**.
Contagem/MG: Cedefes, 1996.